

No próximo mês de fevereiro, terá lugar a décima Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro para o Controlo do Tabaco (CQCT) da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Este tratado, que entrou em vigor em 2003 e realizou a sua primeira conferência em 2005, teve inicialmente como causa muito lícita o controlo do consumo de tabaco, a fim de contrariar os seus efeitos nocivos para a saúde.

Desde então, estes objetivos foram radicalmente modificados e, ao longo da história do tratado, os produtores de tabaco e os seus legítimos representantes mundiais, a Associação Internacional de Produtores de Tabaco (ITGA), da qual sou presidente, assistiram a um aumento do radicalismo nas abordagens aplicadas pela CQCT, em que a exclusão e a falta de transparência marcam o tom.

Em 2012, durante a COP5 em Seul, o Grupo de Trabalho para os artigos 17 e 18, que monitoriza a procura de alternativas economicamente viáveis e o impacto ambiental da produção de tabaco, apresentou um pacote de medidas que foram rejeitadas pela maioria dos delegados devido ao seu contexto totalmente desproporcionado.



Desde então, não se realizaram sessões públicas em nenhuma das COP, um procedimento que está previsto nas regras de boa governança das organizações internacionais. Em suma, poder-se-ia dizer que o Secretariado da CQCT trabalha contra as suas próprias regras de procedimento. Além disso, a FCTC rejeitou e ignorou os pedidos contínuos que diferentes associações e representantes dos produtores de tabaco têm feito, ano após ano, para participar, e acrescentar valor em termos de conhecimento que só os produtores possuem e para poderem encontrar soluções sustentáveis que evitem o caos num sector que sustenta milhões de famílias em todo o mundo.

Os produtores, cidadãos que dão um apoio socioeconómico muito importante às suas regiões, sentem-se desrespeitados e o que é ainda mais grave é que este comportamento parte de uma agência das Nações Unidas que todos nós pagamos através dos impostos ao Estado dos nossos respetivos países. Portanto, podemos considerar que se trata de um comportamento intolerável que, por outro lado, está a contribuir para o descrédito de uma instituição como as Nações Unidas em que tantos países carenciados depositam a sua confiança.

Confiamos que as diferentes agências das Nações Unidas com um trabalho consistente na agricultura e no desenvolvimento rural tomem parte nesta discussão e promovam este diálogo que os produtores têm vindo a solicitar há quase vinte anos. Estas agências têm o conhecimento necessário para avaliar a situação e, nos seus campos de ação, trabalham com todos os elementos implicados na cadeia de valor para encontrar soluções. Um formato que não é de modo algum comparável ao aplicado pela CQCT da OMS, uma vez que, a pretexto do artigo 5.3, exclui todos os elementos da cadeia de valor do tabaco, deixando de fora os principais atores objeto dos seus argumentos.

Não podemos admitir este comportamento, nem podemos fechar os olhos ao incumprimento das regras democráticas de procedimento que devem prevalecer nas organizações internacionais. O artigo 5.3 carece de legalidade nos termos em que está a ser aplicado, as conferências das partes devem realizar sessões públicas e transparentes sob a forma de partilha de documentos relevantes e os produtores de tabaco, tal como

consta do preâmbulo inicial dos artigos 17 e 18, devem fazer parte das discussões, sendo legitimamente representados.

Foi recentemente publicado um documento pelo grupo de trabalho da CQCT da OMS para os artigos 17 e 18, que visa servir de instrumento de orientação com o objetivo de ajudar os governos a estabelecerem diretrizes chave na procura de alternativas economicamente viáveis à produção de tabaco.

Da parte da ITGA, aplaudimos este trabalho que demonstra, ao fim de mais de uma década, coerência de argumentos, uma análise da situação atual com dados muito válidos, e um compromisso consistente com esta questão tão importante para a indústria do tabaco e as suas comunidades.

Neste documento, são repetidamente mencionados fatores essenciais tais como a inclusão dos produtores e alguma delegação de poderes de decisão nas comunidades rurais. Esta é a perspetiva que partilhamos, onde o conhecimento e a experiência das diferentes associações de produtores podem desempenhar um papel fundamental. A maioria das associações de produtores tem um longo legado histórico ligado às regiões rurais, onde algumas trabalham há quase um século. Desconsiderá-las como parte inerente deste processo para a sustentabilidade destas regiões é um erro grave. Os governos dos países produtores de tabaco têm a chave que pode abrir ou fechar todas as portas às oportunidades necessárias para transformar o nosso sector. Os seus aliados mais estratégicos nesta transformação são os produtores.

Incentivamos as agências e instituições bem intencionadas a persistirem em abordagens pragmáticas e a concederem a oportunidade de participação às associações de produtores de tabaco.

Precisamos também, a bem da transparência em todo o processo, que se admita que os impactos negativos da produção de tabaco não são exclusivos do nosso produto, mas que, pelo menos, se estendem a todas as áreas da agricultura. Com isto queremos exigir que a estigmatização que tem sido feita até agora pela CQCT ganhe o equilíbrio necessário onde a informação partilhada publicamente seja fiável e cientificamente comprovada.



A Associação Internacional de Produtores de Tabaco (ITGA) apela ao bom senso para que se estabeleçam as pontes necessárias ao consenso e ao progresso das políticas que todos desejamos ver concretizadas no domínio da saúde dos cidadãos, sem que o preço a pagar seja sacrificar os milhões de produtores que hoje não conseguem encontrar uma solução viável para os seus negócios.

José Javier Aranda

Presidente da ITGA